

**Área temática:** Ensino de Administração

**Título:** A proposta de reforma universitária e a política de cotas: apresentação de uma pesquisa quantitativa com alunos primeiranistas em um curso de administração.

**AUTOR**

**SILVIO CARVALHO NETO**

Centro Universitário Uni-Facef

silvio@facef.br

**Resumo**

Este artigo tem como objetivo principal analisar a proposta de reforma universitária apresentada pelo governo federal brasileiro, mais especificamente as questões que envolvem a política de cotas e reserva de vagas em instituições públicas federais para alunos de baixa renda, de cor negra e de proveniência de escolas públicas de ensino médio. São apresentados os resultados de uma pesquisa realizada com cento e setenta e sete alunos do primeiro ano de administração de uma faculdade pública da cidade de Franca-SP. Os resultados mostram a posição dos alunos em relação às políticas de cotas e evidenciam a diferença no nível de ensino entre escolas particulares e públicas do ensino médio.

**Abstract**

This article main objective is to analyze the proposal of the university reform presented by the Brazilian federal government, more specifically, those questions that involve to political quote in federal public institutions for poor students, black color and from public high schools. It shows the results of a research with hundred and seventy-seven students of the first year of administration from public College, located in Franca-SP. The results show the position of the students regarding the quote politics and show up the education level difference between private and public high schools.

**Palavras Chave**

Reforma universitária – Política de cotas – Ensino superior.

## **Introdução**

O Brasil tem apenas 1,9% da sua população matriculada no ensino superior – cerca de 3,5 milhões de alunos, percentual que fica bem abaixo de outros países em desenvolvimento, como por exemplo, a Argentina, que tem uma taxa de 4,6% de matriculados (TAQUARI e SILVA, 2005).

O desafio da expansão de vagas e da inclusão social é um dos temas centrais do projeto de reforma do ensino superior, que foi apresentado pela atual gestão do governo federal brasileiro. Para atingir a inclusão, o governo propõe política de cotas para negros, alunos da rede pública e de baixa renda. Para garantir a permanência dos estudantes de baixa renda, o governo federal está estudando medidas para a manutenção de bolsas, como por exemplo, o ProUni - Universidade para Todos, que oferece bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda em contrapartida à isenções de impostos, que serão transformadas em vagas.

Este artigo tem como propósito fazer uma breve discussão sobre o projeto da reforma universitária e apresentar uma pesquisa realizada com alunos novatos de um curso de administração, que mostra a percepção dos alunos quanto às políticas propostas e ao nível de ensino obtido nas instituições de ensino médio.

## 1. A Reforma do Ensino Superior no Brasil e a Política de Cotas

Uma das ações propostas pelo governo federal brasileiro – período 2002 a 2006 – consiste na reforma da educação superior. Segundo o próprio governo, esta reforma é importante, pois pode romper com a histórica dependência científica, tecnológica e cultural do país frente às nações desenvolvidas. O projeto da reforma da educação superior é norteado, principalmente, pelo princípio de que a educação superior é um direito público a ser ofertado gratuitamente pelo Estado.

Os principais motivos alegados pelo governo para a realização desta reforma (MEC, 2005) consistem em: fortalecer a universidade pública, impedir a mercantilização do ensino superior, construir uma gestão democrática, garantir a qualidade e democratizar o acesso à universidade.

Estes objetivos vêm sendo amplamente debatidos pelo meio acadêmico nos últimos meses. Um senso comum nas discussões sugere que diversos pontos da proposta vêm sendo considerados improdutivos, ou até mesmo, inconstitucionais (NEIVA e COLLAÇO, 2005).

Ademais, na discussão da reforma universitária, o tema da democratização do acesso ao ensino superior se mostra um dos temas mais controvertidos.

A primeira versão do anteprojeto de lei da reforma estipulava que metade das vagas do ensino superior federal fosse destinada a estudantes oriundos do ensino médio público. O projeto de lei de autoria do poder executivo, em tramitação no congresso nacional, determina que as instituições federais de educação superior devam reservar, no mínimo, metade de suas vagas a alunos que cursaram todo o ensino médio em escolas públicas. Dentre essas vagas reservadas, será considerada, também, a composição étnica da população de acordo com o senso do IBGE, ou seja, se, em um estado, 30% da população declarou-se negra ou parda, 30% das vagas reservadas nas Ifes serão destinadas a essa população. O direito a concorrer pelas vagas étnicas serão apenas para aqueles que tiverem cursado todo o ensino médio público.

A política de cotas para negros já vem sendo praticada por algumas instituições no Brasil, como, apenas para citar alguns exemplos, a Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), a Universidade de Brasília (UNB) e a Universidade Estadual da Bahia (UNEB). Apesar de sua criação ter provocado polêmica, o bom desempenho dos cotistas ajudou a melhorar a imagem do programa. Balanços preliminares, do ano de 2004, dessas instituições indicaram que - ao contrário da previsão de muitos críticos - cotistas e não-cotistas tiveram rendimento semelhante na sala de aula em 2003. Não houve variação de notas entre os dois grupos. Na Uerj, 49% dos cotistas passaram de ano sem exame ou dependência, contra 47% dos não-cotistas. A evasão entre os negros foi menor. Na Uerj, 5% contra os 9% registrados entre alunos brancos. Na Uneb, 1,9% contra 2,7% (Agência Estado, 2004).

Contudo, a proposta de reserva de vagas divide a opinião dos especialistas. Os integrantes do governo federal defendiam a proposta que constava no anteprojeto de reforma universitária, que reservava 50% das vagas nas universidades federais a alunos do ensino médio público, mas os reitores de grandes universidades públicas se mostraram contrários a essa idéia (TAKAHASHI, 2005a).

Após vários debates e discussões, nos quais o governo recebeu todas as sugestões advindas do meio acadêmico. Um dos pontos mais atacados foi a cota de 50% para alunos da rede pública, principalmente por se tratar de um percentual arbitrário, sem nenhuma base teórica para sua fixação. A cota fixa é uma opção imposta pelo governo, mas outras opções poderiam existir, como por exemplo, uma meta de inclusão específica para cada universidade.

Desta forma, no final de maio de 2005, foi produzida uma segunda versão do projeto da reforma. Nesta segunda versão, ainda existe a previsão de cotas para alunos de escola pública e negros nas federais, mas foi excluído o percentual da reserva, cabendo a cada

instituição determinar sua política específica. Contudo, cabe observar que este percentual ainda está previsto no projeto de lei que está tramitando no Congresso Nacional.

A segunda versão do projeto contempla ainda que, em relação às instituições federais, uma das mudanças é a ampliação de medidas voltadas à assistência estudantil, onde ficam vinculados pelo menos 5% dos recursos de custeio das federais para assistência estudantil, em forma de bolsa de fomento, moradia, restaurante, auxílio transporte ou outros tipos de auxílio. No acesso à rede pública, foi fixado que as instituições federais deverão oferecer pelo menos um terço de seus cursos e matrículas de graduação no período noturno, e deve ser dada a isenção da inscrição de candidatos de baixa renda nos processos seletivos.

Apesar das mudanças positivas na versão discutida da reforma, as propostas do meio acadêmico estão relacionadas principalmente à melhoria do ensino básico público, como, por exemplo, a qualificação de professores e de alunos. O processo de democratização de acesso ao ensino superior deve começar especialmente pela elevação da qualidade de ensino fundamental e médio.

O fortalecimento do ensino básico se mostra ainda mais importante quando se depara com a posição do governo federal sobre a responsabilidade institucional quanto ao nível do aluno novato no ensino superior. Segundo o Ministério da Educação, de acordo com a proposta de cotas para alunos da rede pública, o papel de diminuir as eventuais defasagens acadêmicas de alunos cotistas será das universidades. Entretanto, esse não é o papel social da universidade.

Como observa Schwartzman (2005), a introdução de critérios sociais ou raciais como forma de seleção de estudantes, sem levar em conta a formação básica, pode gerar resultados negativos, desde o rebaixamento do nível dos cursos existentes até a eliminação dos novos alunos nos anos iniciais de estudo, o que certamente causará uma frustração em suas expectativas do ensino superior.

Não se pode restringir uma política de inclusão social à adoção de cotas, como aponta Martins (2005), seria mais profícuo estimular as instituições a formular suas próprias políticas de ações que visam à democratização de acesso do ensino superior. A política efetiva de inclusão deveria conter no cerne de sua estrutura a melhoria do ensino básico, e não apenas facilitar o acesso à universidade de pessoas que, seja por qual razão, não consegue ingressar pelos atuais meios de processo seletivo (CASTRO e SCHWARTZMAN, 2005).

Uma pioneira pesquisa sobre a qualidade das escolas feita pelo Instituto Nacional de Estatísticas e Pesquisas em Educação (Inep) do Ministério da Educação mostra que a avaliação que os pais de alunos fazem das escolas públicas é muito melhor do que a imagem tradicionalmente atribuída a elas. No entanto, vários problemas foram apontados quanto ao ensino público (PARAGUAÇU, 2005).

Uma reforma realmente eficiente na educação engloba não só o ensino superior, mas também, e principalmente o ensino básico, fundamental e médio. De certa forma, o governo mostra sua preocupação, à medida que tem uma proposta para elevar o nível do ensino básico mediante o Fundeb - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – que deve ser analisada no congresso nacional ainda este ano. (TAKAHASHI, 2005b).

## **2. Problema de Pesquisa e Objetivo**

O objetivo geral da pesquisa objeto do presente projeto de trabalho é o de analisar a opinião de alunos novatos em um curso de administração em relação às políticas de cotas apresentadas pelo governo para a democratização de acesso ao ensino superior.

Ainda, um outro propósito da pesquisa é comparar as características dos alunos que finalizaram seus estudos do ensino médio em escola pública, e os alunos que cursaram escolas

particulares. Os objetivos específicos do projeto, que norteiam todos os procedimentos da pesquisa, e permitem atingir o objetivo geral, estão expostos a seguir:

Identificar o perfil sócio-econômico do aluno novato em administração. As características principais discriminatórias são: sexo do aluno, idade, estado civil, renda familiar média, número de habitantes no domicílio, religião e raça. Pretende-se também saber se o aluno trabalha ou não, e em qual período trabalha. Essas características servirão de base para algumas análises em relação ao nível de ensino.

Identificar a percepção do aluno quanto ao nível de ensino oferecido pela escola em que cursou o ensino médio. Esta percepção será dividida como nível geral de ensino, nível de ensino em matemática e nível de ensino em português. Procura-se também comparar se há diferença entre a percepção quanto ao nível de ensino obtido em escolas particulares e os obtidos nas escolas particulares.

Um outro objetivo importante é o de constatar se o aluno proveniente de escolas públicas se acha com base teórica suficiente para cursar com eficiência um curso de nível superior. Aqui também se procura ver se há diferenças entre alunos de escolas públicas e privadas.

Obter uma auto-avaliação do aluno em relação ao nível de conhecimento nas disciplinas específicas: matemática, português, história, geografia, inglês, química, física e biologia. Este objetivo também irá permitir uma comparação entre alunos de escolas particulares e públicas. Paralelamente, procura-se conhecer a pontuação do aluno no vestibular da Uni-Facef nas provas de matemática, português, inglês e conhecimentos gerais, para se traçar um paralelo entre a auto-avaliação, o tipo de escola em que o aluno cursou o ensino médio e a pontuação que obteve no processo seletivo da instituição.

E por fim, contemplando o principal objetivo da pesquisa, identificar a posição dos alunos em relação às cotas propostas pelo Ministério da Educação e Cultura para reserva de vagas em universidades federais para alunos de baixa renda, cor negra e provenientes de escolas públicas. Ver se há relações entre essas respostas e outras características sócio-econômicas.

### **3. Metodologia**

#### **3.1 Método, tipo de pesquisa e método de coleta de dados**

A presente pesquisa tem natureza descritiva, e utilizou o método quantitativo de análise para medir e avaliar os resultados, mediante a aplicação de questionário e com posterior análise estatística descritiva e inferencial.

A coleta de dados foi realizada por meio de questionários impressos aplicados mediante contato direto do pesquisador com os alunos entrevistados. A coleta foi realizada nos dias 27 e 28 de abril de 2005, nas próprias salas de aula. O questionário impresso foi usado nesta pesquisa, pois consistiu em um rápido instrumento de coleta de dados e que pode facilmente ser respondido pela população alvo da pesquisa. O questionário foi composto por blocos de perguntas fechadas, que abordaram os vários aspectos contemplados nos objetivos específicos da pesquisa, como: perfil, avaliação do ensino médio, auto-avaliação em relação às disciplinas, percepção quanto ao ensino médio e posição em relação à política de cotas.

#### **3.2 Método de Análise**

Os resultados obtidos com os questionários foram digitados e ordenados em formato de planilha dos softwares SPSS – *Social Package for Social Science* e Excel para que fossem realizadas análises estatísticas, mediante relatórios descritivos e analíticos que forneceram

valores para análises de correlações entre os dados. O procedimento seguinte à inserção de dados foi a verificação da consistência das respostas e a checagem de dados inconsistentes ou que poderiam se comportar como *outliers* na análise estatística.

Foram utilizados vários processos estatísticos para a análise dos dados, dentre eles, destacaram-se a análise de distribuição de frequências e a análise de correlações entre os dados categóricos.

### **3.3 Amostragem**

A população universo da pesquisa é composta pelos alunos novatos que se matricularam no curso de administração, no ano corrente de 2005, do Centro Universitário Uni-Facef, instituição cinquentenária localizada na cidade de Franca-SP, distante 400km a noroeste da capital. O total de alunos matriculados no curso de administração do centro universitário foi de aproximadamente 240 alunos, sendo que 190 alunos matriculados no período noturno e aproximadamente 50 no período diurno.

Os questionários foram entregues em sala de aula aos alunos que estavam presentes na referida aula. Um total de 177 alunos respondeu a pesquisa, o que representa mais de 70% do total da população. Contudo apesar do alto valor da proporção entre número de entrevistas e total da população, há de se considerar o viés na amostragem, uma vez que o processo de amostragem foi não probabilístico, já que não houve qualquer tipo de sorteio para selecionar os respondentes.

Além da natureza probabilística, acredita-se que os resultados obtidos por essa amostra podem ser generalizados para a população de alunos novatos em administração do ano de 2005, também pelo alto índice de respostas obtidos em sala de aula.

Há que se observar que o método de coleta de dados presencial em sala de aula pode não fornecer resultados precisos devido ao fato que alguns alunos estavam ausentes no momento de coleta. A pesquisa foi realizada em apenas uma visita a cada uma das três salas, por isso, a amostragem pode ter um viés por não estar toda a população presente no momento da aplicação dos questionários.

Ressalta-se que a pesquisa foi realizada apenas com alunos do curso de administração. Desta forma os resultados aqui obtidos não podem ser generalizados para toda a população de alunos do centro universitário, uma vez que outros cursos com características distintas também fazem parte do rol de cursos oferecidos pela instituição, dentre eles: economia, ciências contábeis, comunicação, letras e psicologia. Sugere-se que esta pesquisa seja estendida para toda a instituição e que, para o caso dessa pesquisa se tornar periódica, o questionário seja aplicado no momento da matrícula do aluno novato, assim ter-se-à um índice de resposta acurado.

## **4. Análise dos Resultados**

A análise dos resultados da pesquisa nos permite estabelecer relações entre o nível de conhecimento dos alunos e o tipo de escola freqüentada por eles no ensino médio (particular ou pública). Os alunos primeiranistas foram questionados quanto à percepção de nível de ensino obtido na escola do ensino médio, geral, e específico de matemática e português.

Além disso, o nível de conhecimento foi medido por uma auto-avaliação do aluno em relação ao seu nível de conhecimento, obtido no ensino médio, nas seguintes disciplinas: matemática, português, história, geografia, inglês, química, física e biologia.

Todas as respostas foram medidas em escala ordinal de percepção, variada decrescentemente de 1 a 4, da seguinte forma:

- 1 – muito bom
- 2 – bom
- 3 – razoável
- 4 – muito ruim

Assim, foram tabuladas as respostas e analisadas através de análise de frequências e análise descritiva, usando as medidas de tendência central, média, moda e mediana. Desta forma, um nível de avaliação que se aproxima do 1, tem uma avaliação melhor daquele nível mais distante do 1 – próximo de 4.

Também foi questionada ao aluno uma percepção quanto à base teórica obtida na escola do ensino médio, se ele foi ou não suficiente para o ingresso do aluno em uma instituição do nível superior, ou se poderia ser melhor, ou ainda se o aluno já havia formado há algum tempo, fato que o prejudicou em relação a essa base teórica.

Esses níveis de percepção e a auto-avaliação do aluno foram comparadas com a procedência do aluno em relação ao tipo de escola, ou seja, foi verificado se haviam correlações entre o nível de conhecimento do aluno e o tipo de escola que ele frequentou. A hipótese principal aqui, é a de que o ensino público não dá base teórica suficiente para o aluno frequentar uma instituição de ensino superior.

A procedência do aluno também foi correlacionada com a posição do aluno em relação às políticas de cotas propostas pelo Ministério da Educação para vagas nas universidades federais para alunos de baixa renda, alunos de cor negra e alunos provenientes da escola pública.

A tabela de correlações mostra que todas as variáveis apresentam algum tipo de relação com o tipo de escola frequentada pelo aluno, ao se considerar um nível de significância de 95%.

Tabela 1 – Correlações das variáveis de pesquisa

Correlações

	Escola particular ou pública?	Avaliação do ensino de escola em geral?	Avaliação do ensino de matemática	Avaliação do ensino de português	Percepção quanto ao aprendizado do ensino médio	Posição em relação a cotas de baixa renda	Posição em relação a cotas para negros	Posição em relação a cotas para escola pública
Escola particular ou pública?	1,000	,526**	,332**	,296**	,497**	-.210**	-.222**	-.399**
Avaliação do ensino de escola em geral?	,526**	1,000	,459**	,464**	,389**	-.203**	-.186*	-.278**
Avaliação do ensino de matemática	,332**	,459**	1,000	,383**	,304**	-.052	-.057	-.104
Avaliação do ensino de português	,296**	,464**	,383**	1,000	,356**	-.102	-.058	-.127
Percepção quanto ao aprendizado do ensino médio	,497**	,389**	,304**	,356**	1,000	-.169*	-.178*	-.302**
Posição em relação a cotas de baixa renda	-.210**	-.203**	-.052	-.102	-.169*	1,000	,251**	,389**
Posição em relação a cotas para negros	-.222**	-.186*	-.057	-.058	-.178*	,251**	1,000	,405**
Posição em relação a cotas para escola pública	-.399**	-.278**	-.104	-.127	-.302**	,389**	,405**	1,000

\*\* Correlation is significant at the .01 level (2-tailed).

\* Correlation is significant at the .05 level (2-tailed).

Em relação ao ensino em geral, existe uma correlação entre o tipo de escola e a avaliação do ensino. Essa relação já era esperada, e o resultado da pesquisa apenas veio confirmar o senso comum de que a escola pública realmente não oferece condições ideais de ensino para preparar o aluno para o curso superior. Menos de 10% dos alunos que estudaram em escolas públicas afirmaram que o ensino destas escolas poderia ser classificado como “muito bom”, enquanto esse número nas escolas particulares superou o de 50%.

Em contrapartida, mais de 40% dos alunos das escolas públicas consideraram o ensino “razoável” (36,9%) ou “muito ruim” (5,4%), enquanto apenas 4,6% dos alunos de particulares

consideraram a escola fraca, não tendo nenhum aluno que considerou o ensino da escola como de baixo nível.

Tabela 2: Tipo de escola x Avaliação geral do ensino

**Tipo de escola x Avaliação geral do ensino**

% within Escola particular ou pública?

		Avaliação do ensino da escola em geral?				
		Muito Bom	Bom	Razoável	Muito Ruim	Total
Escola particular ou pública?	Particular	52,3%	43,1%	4,6%		100,0%
	Pública	9,9%	47,7%	36,9%	5,4%	100,0%
Total		25,6%	46,0%	25,0%	3,4%	100,0%

Em geral, o ensino oferecido pelas escolas particulares está entre a percepção de “muito bom” e “bom”, enquanto para escolas públicas, a avaliação se concentra para o intervalo entre “bom” e “razoável”. Da mesma forma essa análise pode ser feita quando se trata especificamente da percepção do nível de ensino nas disciplinas de português e matemática. Em média o nível de avaliação dado pelos alunos para estas disciplinas é mais positivo para o ensino de escolas particulares do que nas escolas públicas.

Tabela 3: Avaliação do ensino médio por tipo de escola

**Avaliação do ensino médio - Particular x Pública**

Mean		
	Escola particular ou pública?	Média
Ensino em geral	Particular	1,52
	Pública	2,37
Matemática	Particular	1,71
	Pública	2,24
Português	Particular	1,71
	Pública	2,17

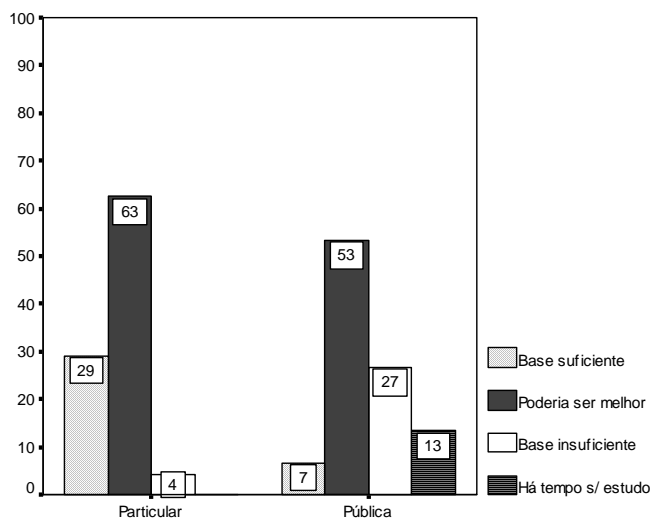
A avaliação do nível de ensino médio para escolas públicas e particulares reflete na percepção do aluno quanto à sua própria capacidade para freqüentar um curso de nível superior. Quando questionados sobre a base teórica dada pela escola de ensino médio, se esta seria suficiente ou não para os estudos no ensino superior, 29% dos alunos provenientes de escolas privadas consideraram que possuem base suficiente, somente menos de 5% dos alunos consideraram que a base teórica obtida foi insuficiente.

Já entre os alunos da rede pública, poucos consideraram ter base teórica suficiente, apenas 7%, enquanto o número de alunos que acham que a base teórica foi insuficiente cresce para 27% do total. Essa diferença de percepção comprova os dados de avaliação do ensino, o que mostra a fragilidade da escola pública em preparar o aluno para ingressar no ensino superior.

A auto-avaliação de conhecimentos obtidos em matérias específicas, comparada por tipo de escola freqüentada pelos alunos, tem como objetivo principal verificar as diferenças de nível de conhecimento especificamente em disciplinas ministradas no ensino médio, quais sejam: matemática, português, história, geografia, inglês, química, física e biologia. A auto-avaliação também foi realizada nos moldes de percepção de nível de conhecimento entre 1 e 4 (1 para “muito bom” e 4 para “muito ruim”).

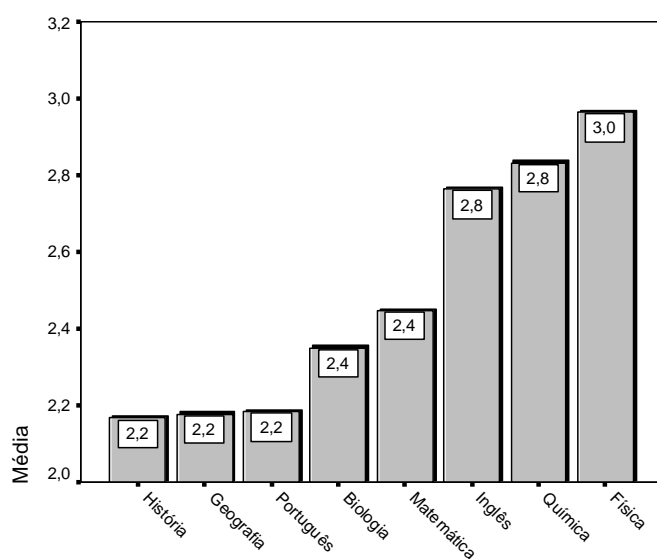


Gráfico 1: Percepção do aluno quanto à suficiência de base teórica



O gráfico a seguir apresenta a média do nível de conhecimento do aluno (1 a 4) em cada disciplina específica (auto-avaliação). É claro que devemos considerar aqui que todos os alunos entrevistados escolheram o curso de administração, e, portanto é de se esperar que tenham mais habilidades nas disciplinas relativas às ciências sociais aplicadas (história, geografia, português, matemática e inglês).

Gráfico 2: Média e auto-avaliação em disciplinas específicas



As disciplinas de história, geografia e português foram as que obtiveram maiores valores para auto-avaliação, com média de 2,2, posição que se situa entre os níveis “bom” e “razoável” conhecimento. As demais disciplinas tiveram níveis inferiores de avaliação, com destaque negativo para as disciplinas de matemática e inglês (médias de 2,4 e 2,8 respectivamente) que são de fundamental importância para os cursos de graduação da área de ciências sociais aplicadas.

A comparação entre escolas públicas e particulares foi feita a partir da comparação entre as médias obtidas por alunos provenientes dos dois tipos. A tabela a seguir mostra as médias obtidas para todas as disciplinas (lembrando que quanto mais próxima de 1 está a média, melhor é a auto-avaliação na disciplina).

Como é possível observar ao se analisar a tabela de médias e desvios, todas as médias de alunos das escolas particulares são menores do que as médias obtidas por alunos da rede

pública. Assim, uma possível percepção geral seria a afirmação que em todas as disciplinas, a rede particular proporciona um melhor nível de conhecimento do que a rede pública.

Tabela 4: Média de auto-avaliação por disciplinas e tipos de escolas

Médias para auto-avaliação				
	Tipo de escola	casos	Média	Desvio
Matemática	<i>Particular</i>	65	2,37	,88
	<i>Pública</i>	111	2,50	,84
Português	<i>Particular</i>	65	2,15	,64
	<i>Pública</i>	111	2,22	,71
História	<i>Particular</i>	65	2,00	,81
	<i>Pública</i>	110	2,27	,75
Geografia	<i>Particular</i>	65	1,91	,74
	<i>Pública</i>	110	2,34	,73
Inglês	<i>Particular</i>	65	2,48	1,05
	<i>Pública</i>	111	2,94	,96
Química	<i>Particular</i>	65	2,74	,94
	<i>Pública</i>	111	2,87	,82
Física	<i>Particular</i>	65	2,83	,88
	<i>Pública</i>	111	3,03	,81
Biologia	<i>Particular</i>	65	2,23	,84
	<i>Pública</i>	111	2,41	,91

Contudo, uma análise superficial das médias não pode ser determinante para uma afirmação generalizada de diferença entre todas as disciplinas. É necessário a realização de testes de diferença de média para verificar quais são as diferenças significantes.

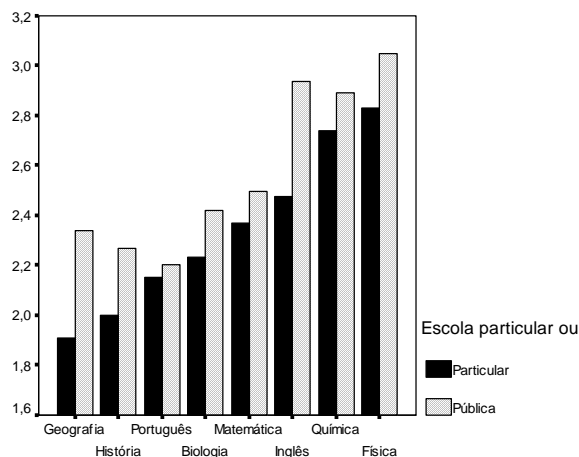
Foram realizadas para todas as disciplinas testes t de Student, para médias independentes, não assumindo equidade das variâncias. Em um nível de significância de 95%, obteve-se diferença de médias para as disciplinas de história, geografia e inglês. Desta forma, podemos afirmar com mais convicção (devido à confiabilidade estatística da diferença entre as médias) que o ensino particular fornece um nível maior de conhecimento quando se trata destas três disciplinas específicas. As demais disciplinas não foram possíveis de ser comprovadas pelo teste, apesar da análise de médias sugerir que o ensino público esteja também pior nestas disciplinas.

Tabela 5: Teste de médias para as disciplinas

Teste independente de médias - Auto-avaliação em conhecimentos					
Equal variances not assumed					
Teste T para igualdade de médias					
	t	df	Sig. (2-tailed)	Mean Difference	Std. Error Difference
Matemática	-,936	129,674	,351	-,13	,13
Português	-,599	144,372	,550	-6,24E-02	,10
História	-2,208	126,662	,029	-,27	,12
Geografia	-3,703	132,777	,000	-,43	,12
Inglês	-2,903	124,454	,004	-,46	,16
Química	-,965	120,072	,336	-,14	,14
Física	-1,472	126,292	,144	-,20	,13
Biologia	-1,354	142,369	,178	-,18	,14

A visualização gráfica da comparação entre escolas públicas e privadas, quando se trata de disciplinas específicas nos permite visualizar que o nível de conhecimento do aluno de escolas públicas foi sempre pior do que o nível dos alunos das escolas particulares.

Gráfico 3: Média de avaliação das disciplinas por tipo de escola



A auto-avaliação do aluno foi um meio de verificar o nível de conhecimento de cada aluno e posteriormente comparar estes níveis de acordo com a proveniência do aluno, escola pública ou privada. No entanto, observa-se que a auto-avaliação é um instrumento relativamente sem precisão, à medida que se fica à mercê da percepção do aluno quanto ao seu nível de conhecimento.

Uma forma de confirmação deste nível de avaliação é a comparação da média de pontos conquistados nos processo seletivo da instituição. O processo consistiu de quatro provas específicas, com 30 questões cada, valendo cada questão 1 ponto. As provas eram de matemática, português, inglês e conhecimentos gerais (história e geografia).

A análise das médias de pontos entre os alunos de escolas particulares e públicas confirma os resultados obtidos pela auto-avaliação, à medida que mostram que os alunos das escolas particulares obtiveram média de pontuação, nas quatro provas, acima das médias obtidas por alunos de escolas públicas. Novamente o teste de diferença de médias mostrou que as disciplinas de inglês, história e geografia são negligenciadas no ensino público.

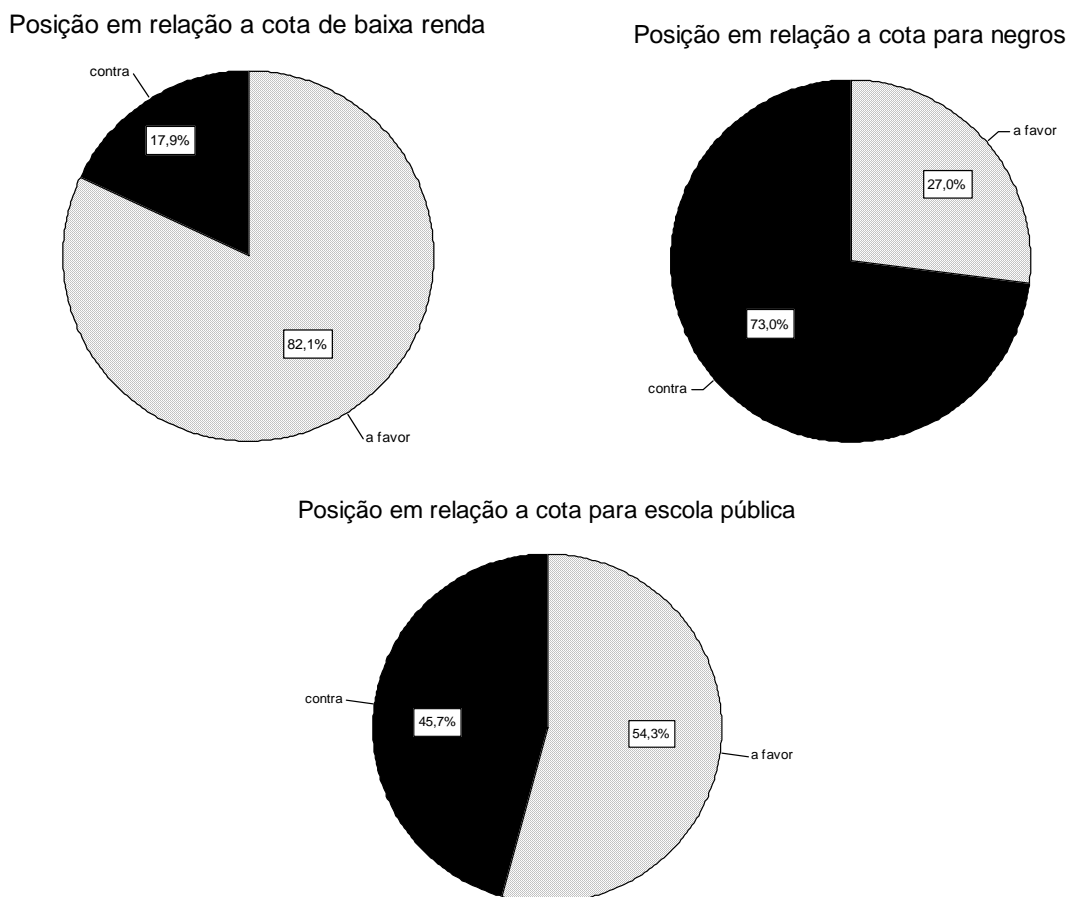
Tabela 6: Média de pontos no vestibular: comparação por tipo de escola

média de pontos no vestibular				
	Escola particular ou pública?	N	média	desvio
matemática	Particular	47	14,53	5,46
	Pública	58	13,81	6,10
português	Particular	45	18,87	5,06
	Pública	59	17,44	5,72
inglês	Particular	45	17,60	5,97
	Pública	60	14,52	6,73
conhec. gerais	Particular	45	20,64	5,55
	Pública	59	17,19	5,34

A proposta do governo federal, através do ministério da educação, para a reforma universitária, prevê dentre outros pontos, o estabelecimento de cotas de vagas em universidades federais para alunos de baixa renda, alunos de cor negra e alunos provenientes de escolas públicas. Esta pesquisa procurou obter a posição do aluno novato de administração quanto à prática desta política de cotas.

Os alunos são a favor de políticas de cotas para pessoas de baixa renda. Mais de 82% dos respondentes admitiram ser a favor dessa política. Esse tipo de política é mais aceito em escolas públicas, e menos aceito por alunos de escolas particulares. Parece claro que essa diferença é expressa pela diferença na renda dos alunos de ambos os tipos de escolas. No entanto, a cota que tem como base a raça e cor como elemento discriminatório teve maioria contra, 73% dos entrevistados são contrários a esse tipo de cota, com apenas 27% a favor.

Gráfico 4: Posições dos alunos em relação ‘as políticas de cotas



A política de cotas destinada à escola pública foi a que teve menor diferença percentual, e certo equilíbrio entre as posições. Cerca de 54% dos entrevistados declararam ser a favor desse tipo de política, e 46% se declararam contra. É claro que se obteve uma correlação entre a posição para a política de cotas para alunos de escolas públicas e o tipo de escola freqüentada pelos alunos.

Como era de se esperar, os alunos que estudaram em escolas particulares são amplamente contra essa política de cotas, e por outro lado, os alunos de escolas públicas, defendem vagas nas instituições federais para a rede pública de ensino. O debate gira em torno da capacidade do aluno de escola pública em freqüentar instituições federais de ensino, conhecidas por um alto nível de ensino, e como visto nesta pesquisa, o aluno proveniente da rede pública tem realmente menor conhecimento do que o aluno da rede privada.

## 5. Considerações finais

Este artigo procurou apresentar a percepção de alunos em relação a alguns pontos presentes na reforma universitária, como a política de cotas e a discussão de aperfeiçoamento do ensino público de nível médio. As principais considerações obtidas com a pesquisa foram:

Os resultados sugerem que a escola pública não oferece condições ideais de ensino para preparar o aluno para o curso superior, pois, em geral, a avaliação do ensino oferecido pelas escolas particulares está melhor que a avaliação do ensino de escolas públicas. Os alunos da rede pública consideram ter pouca base teórica para frequentar uma universidade, mostrando a fragilidade da escola pública em preparar o aluno para ingressar no ensino superior.

Em média as avaliações de conhecimento das disciplinas se situaram entre o nível “bom” e razoável”. As disciplinas de história, geografia e português foram as que obtiveram maiores valores para auto-avaliação. As demais disciplinas tiveram níveis inferiores de avaliação, com destaque negativo para as disciplinas de matemática e inglês. As médias de alunos das escolas particulares são menores do que as médias obtidas por alunos da rede pública, o que leva à afirmação que em todas as disciplinas, a rede particular proporciona um melhor nível de conhecimento do que a rede pública. A análise de pontuação obtida no vestibular confirma tal diferença.

Em relação à posição do aluno novato de administração quanto à prática da política de cotas, observou-se que os alunos são a favor de políticas de cotas para pessoas de baixa renda, no entanto, a cota que tem como base a raça e cor como elemento discriminatório teve maioria contra. A política de cotas destinada à escola pública foi a que teve menor diferença percentual, e um certo equilíbrio entre as posições, porém a maioria foi a favor dessa política.

## **Referências bibliográficas**

- AG. ESTADO. Universidades recebem 7 mil alunos em cotas raciais em 2003. Acesso em 17/5/05: [http://www.universia.com.br/html/noticia\\_fjiae.html](http://www.universia.com.br/html/noticia_fjiae.html) - Janeiro, 2004.
- CASTRO. C; SCHWARTZMAN. S. Ameaça ao setor privado. In: Ensino Superior. Ano 7. Nr. 77. Editora Segmento. Fevereiro, 2005.
- MARTINS, C.B. Ensino superior: acertos e desacertos na proposta de mudança. In: Ciência Hoje. Revista de Divulgação Científica da SBPC. Nr 214, Vol. 36. Abril de 2005.
- MEC. Ministério da Educação. Informativos sobre a reforma universitária. Acesso pelo site: <http://portal.mec.gov.br/> em maio de 2005.
- NEIVA. C.C.; COLLAÇO. F.R.. A constituição agredida: proposta atende mais ao discurso improdutivo do que ao aluno e a sociedade. In: Ensino Superior. Ano 7. Nr. 77. Editora Segmento. Fevereiro, 2005.
- PARAGUAÇU. L. Pais dão nota 8,0 a escolas públicas do Brasil Estado de São Paulo. 23 de maio de 2005. acesso em <http://www.estadao.com.br/educando/noticias/2005/mai/23/197.htm>
- SANTOS. R. Reforma ampliará o acesso ao ensino superior. Portal MEC. Notícias. Maio, 2005.
- SCHWARTZMAN. S. As razões da reforma universitária. In: Ciência Hoje. Revista de Divulgação Científica da SBPC. Nr 214, Vol. 36. Abril de 2005.
- TAKAHASHI, F. Ministério e USP propõem reforço a excluído para promover inclusão. Publicidade. Folha de São Paulo - 15/05/2005. São Paulo, 2005a
- \_\_\_\_\_. Faculdades devem ajudar aluno cotista, diz Tarso Genro. Folha de São Paulo - 26/04/2005 – Folha de São Paulo. São Paulo, 2005b
- TAQUARI. C; SILVA. E. Rolo compressor: Propostas ditadas pelo MEC trazem ameaça de retrocesso para o ensino superior. In: Ensino Superior. Ano 7. Nr. 77. Editora Segmento. Fevereiro, 2005.